



ESCÂNDALO DO MEC

Dois hóspedes muito suspeitos

Investigação da Polícia Federal mostra que o advogado Luciano Musse, então gerente de projetos na Secretaria-Executiva da pasta, e o pastor Arilton Moura ficaram no mesmo hotel de Brasília, em datas coincidentes, pelo menos 10 vezes

» RAPHAEL FELICE

Catarina Chaves/MEC



O presidente Jair Bolsonaro com Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, em evento com prefeitos no ano passado

A Polícia Federal afirmou que o pastor Arilton Moura e o então gerente de projetos da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (MEC), o advogado Luciano Musse, estiveram ao mesmo tempo em um hotel em Brasília em pelo menos 10 ocasiões entre 2020 e 2022. Os dois estão envolvidos na Operação Acesso Pago, deflagrada pela corporação para investigar suspeitas de corrupção na pasta.

Segundo a apuração, Musse é “personagem importante” no caso, pois atuaria como operador financeiro do suposto esquema ilegal. Ele chegou a assumir a Gerência de Projetos da Secretaria-Executiva do ministério, em abril de 2021, mas foi exonerado em março deste ano, em meio ao escândalo.

“Luciano, no contexto investigativo, é personagem importante no suposto esquema de cooptação de prefeitos para angariar vantagens pessoais através do direcionamento ou desvio de recursos do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) /MEC a pretexto de atender políticos/prefeituras, caracterizando, hipoteticamente, uma sofisticada captação ilegal de recursos públicos com a eventual infiltração de operador financeiro na gestão da pasta”, aponta a investigação.

O advogado foi infiltrado

pelos pastores no MEC e passou quase um ano no cargo. O hotel era usado para negociações de verbas federais com prefeitos, como revelou a *Folha de S.Paulo*.

A análise nos arquivos do hotel mostrou um total de 63 hospedagens no nome de Arilton Moura e 29 no nome dele

Luciano Musse desde 2020. Os investigadores também encontraram um check-in do pastor Gilmar Santos.

Os registros começam em agosto de 2020, cerca de um mês após o agora ex-ministro Milton Ribeiro assumir o MEC, e terminam em março deste ano,

quando estourou o escândalo do gabinete paralelo de pastores que passou a controlar a agenda e as verbas do Ministério da Educação. Prefeitos relataram cobrança de propinas em dinheiro e até em ouro em troca da liberação de recursos.

O ex-ministro e os pastores

foram presos preventivamente na última quarta-feira, mas acabaram soltos no dia seguinte por um habeas corpus do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). O advogado havia recebido ordem de prisão domiciliar. Eles são investigados por suspeita de corrupção passiva,

prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência.

Pedido de CPI

As atenções do Senado, nesta semana, estarão voltadas à entrega do requerimento para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar o escândalo. Com 28 das 27 assinaturas necessárias, o líder da oposição na Casa, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), deve protocolar o documento amanhã. O requerimento será submetido à apreciação da Mesa Diretora e, em seguida, examinado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A jornalista em Lisboa, Pacheco disse que vai avaliar o pedido e enfatizou que a situação denunciada no MEC é grave. “Precisa ser investigada, e os culpados devem ser responsabilizados na forma da lei”, enfatizou.

O Senado tem outros pedidos de CPIs protocoladas, como o do crime organizado, do senador Eduardo Girão (Podemos-ES), e de obras inacabadas, que teve assinaturas colhidas pelo líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ). Esse último foi uma estratégia do Executivo para tentar barrar a CPI do MEC. Na semana passada, governistas diziam que a comissão articulada por Randolfe deveria “esperar no final da fila”. (Com Agência Estado)

Torres se queixa de “especulação”

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, negou, ontem, que tenha conversado com o presidente Jair Bolsonaro sobre a Operação Acesso Pago, durante viagem aos Estados Unidos. Torres classificou como “especulação” a suspeita de que possa ter repassado ao chefe do Executivo informações a respeito da investigação da Polícia Federal sobre o gabinete paralelo do Ministério da Educação (MEC).

“Diante de tanta especulação sobre minha viagem com o presidente Bolsonaro para os EUA, asseguro categoricamente que, em momento algum, tratamos de operações da PF. Absolutamente nada disso foi pauta de qualquer conversa

nossa, na referida viagem”, escreveu Torres, em seu perfil oficial no Twitter.

Foi a primeira manifestação do ministro sobre o caso. Até então, Bolsonaro, Presidência da República e Ministério da Justiça não haviam se pronunciado. Quem falou foi Frederick Wassef, advogado da família Bolsonaro. Ele disse que Ribeiro usou o nome do presidente “sem consentimento”.

O Ministério Público Federal diz haver indícios de que Bolsonaro possa ter interferido ilegalmente na investigação. Por isso, o caso foi enviado ao Supremo Tribunal Federal, já que o presidente tem direito a foro especial. O delegado responsável pelo caso, Bruno Calandrini, diz que

houve tratamento privilegiado ao ex-ministro da Educação Milton Ribeiro por parte da cúpula da PF. Ele afirmou que não tem autonomia para tocar a investigação.

Preso na operação, Ribeiro relatou a uma das filhas que Bolsonaro contou, em telefonema, sobre um “pressentimento” de que haveria busca e apreensão contra ele. O diálogo foi interceptado pela Polícia Federal, subordinada a Torres.

Aplicativo

Bruno Calandrini desconfia que a ligação que o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro disse ter recebido do presidente Jair Bolsonaro (PL), para alertar sobre a Operação Acesso Pago, tenha

sido feita por aplicativo de mensagem para driblar a interceptação telefônica da Polícia Federal.

Em documento enviado à Justiça Federal, Calandrini sugere que a ligação do ex-ministro com o presidente “tenha acontecido por meio de aplicativos de internet como, por exemplo, o WhatsApp”. Esses aplicativos usam um sistema de criptografia para proteger as conversas. As ligações também são blindadas, ou seja, não caem na malha fina do grampo telefônico.

A hipótese ganhou força porque o ex-ministro interrompe a chamada com a filha tão logo ela informa que está ligando do “celular normal”. “Ah? Ah, então depois a gente se fala”, responde Ribeiro. O comportamento

Ed Alves/CB



Anderson Torres: “Em momento algum, tratamos de operações da PF”

chamou a atenção do delegado, que supõe que eles já estivessem “preocupados com uma possível interceptação telefônica”.

O ex-ministro era monitorado

com autorização do juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, que recebeu o processo depois que Ribeiro deixou o governo.

REELEIÇÃO

Bolsonaro avisa que Braga Netto será vice

Como vinha sendo especulado nos últimos meses, o presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou o nome do general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil, como candidato a vice de sua chapa à reeleição. A declaração foi feita no canal 4x4, no YouTube.

Bolsonaro citou a atuação de Braga Netto nas Forças Armadas como um importante fator para a escolha. Também

fez elogios a outros postulantes, como a ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno.

“Pretendo anunciar o general Braga Netto como vice nos próximos dias”, disse Bolsonaro. “Temos outros excelentes nomes como a Tereza Cristina (ex-ministra da Agricultura). O General Heleno quase foi meu vice lá

atrás, entre tantos nomes, pessoas maravilhosas, fantásticas que vinham sendo trabalhadas ao longo do tempo. Mas vice é só um”, declarou.

Bolsonaro fez menção ao tempo de serviço de Braga Netto no Exército e à atuação dele como ministro da Casa Civil, no auge da pandemia de covid-19.

“Braga Netto é uma pessoa que tem uma vida de 45 anos de serviço na caserna, foi interventor por um ano aproximadamente no Rio de Janeiro, veio para nosso governo, pegou a difícil missão da Casa Civil durante a pandemia. Eu admiro muito o Braga Netto”, disse o presidente. “Caso

a gente consiga uma reeleição, caso a população assim entenda, é uma pessoa que ajudará e muito o Brasil nos próximos anos. Eu agradeço ao Braga Netto por ter aceitado essa missão”, disse o presidente da República.

Braga Netto deixou o Ministério da Defesa em março, dentro do prazo de desincompatibilização. Como não havia ainda definição sobre a vaga de vice na chapa da reeleição, foi nomeado assessor especial da Presidência, cargo em que poderia ficar até três meses antes das eleições. Atualmente, o ministro da Defesa é o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira.

Anderson Riedel/PR



Braga Netto deve ser confirmado como vice na chapa do presidente